

A ESCOLA COMO VEÍCULO DE FORMAÇÃO PATRIÓTICA: REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE FONTES DOCUMENTAIS DA DÉCADA DE 1930

Mariza da Gama Leite de Oliveira
Doutoranda em Educação pela UFRJ
marizagama@ig.com.br

Resumo:

Este trabalho apresenta reflexões preliminares sobre as práticas de natureza patriótica cívico-militar, que predominaram no ensino público nas primeiras décadas do século XX como expressão do nacionalismo na educação brasileira. São utilizadas fontes documentais do acervo da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana, localizada na cidade do Rio de Janeiro, uma escola fundada em 1888 com cunho assistencial, para abrigar, cuidar, disciplinar e ensinar um ofício a crianças órfãs, abandonadas ou necessitadas, num período que coincide com a assinatura da Lei Áurea.

Palavras chave: Guarda Civil, Escotismo, Patriotismo.

Introdução:

O presente texto constitui um desdobramento da minha proposta de pesquisa a ser desenvolvida no período do doutorado em Educação (2011 – 2015), pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O recorte temporal do estudo em andamento compreende as décadas de 1930 e 1940, por entender que este período foi marcante na política brasileira: o Governo de Getúlio Vargas do período de 1937 a 1945, chamado de “Estado Novo”. Não obstante à centralização e controle do poder, pode-se dizer que em seu governo o Estado cresceu em tamanho e em poder e se tornou o principal responsável pelo processo de modernização do Brasil¹. As realizações do seu governo foram: criação da Justiça do Trabalho (1939), instituição do salário mínimo, a Consolidação das Leis do Trabalho, também conhecida por CLT. Os direitos trabalhistas também são frutos de seu governo: carteira profissional, semana de trabalho de 48 horas e as férias remuneradas. Houve grande investimento na área de infra-estrutura, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Vale do Rio Doce (1942), e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945) e o IBGE (Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1938. Desta forma, interessa a este estudo entender como as políticas de Estado se refletiram na política educacional do período.

A pesquisa está vinculada ao grupo de pesquisa coordenado pela professora Dra. Irma Rizzini² - “Centro de Memória Ferreira Vianna: documentos, ensino e infância trabalhadora no Rio de Janeiro (1888 – 1942)”. O grupo de pesquisa tem como objetivo resgatar a memória e as relações históricas acerca da infância desvalida e trabalhadora por meio das fontes documentais de duas instituições educacionais criadas no final do século XIX: o Asylo de Meninos Desvalidos e a Casa de São José.

Os documentos do Asylo de Meninos Desvalidos foram transferidos para o Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) da UFRJ³; já os documentos da Casa de São José não receberam um tratamento adequado ao longo dos anos, e atualmente têm sido recuperados na própria escola, a atual Escola Técnica Estadual Ferreira Viana. Esse trabalho de recuperação foi iniciado em 2010 pelo grupo de pesquisa mencionado, e nesse período, vários documentos administrativos, relatórios e outros já foram relacionados e dispostos por ano, numerados e acondicionados em pastas suspensas, numa primeira tentativa de organização. Outras fontes documentais foram separadas por ano e espécie e começam a ser classificadas e inventariadas. Há atualmente envolvidos na organização do arquivo 4 bolsistas da graduação em Pedagogia da UFRJ, 2 doutorandos e 1 professora de História da escola. Tem-se a intenção de disponibilizar o arquivo para visitas, pesquisas de iniciação científica dos alunos da escola, e analisar em que medida tais documentos podem auxiliar as pesquisas em andamento e futuras pesquisas.

No caso desta pesquisadora, têm sido descobertos documentos da década de 1930 que nos permitem fazer algumas reflexões sobre as estratégias de práticas de natureza cívico-militar desenvolvidas na escola: a instituição da Guarda Civil ou Escotismo. Assim, este trabalho apresentará as características gerais do arquivo onde as fontes estão sendo analisadas, trará reflexões teóricas sobre a vinculação entre Nacionalismo/Patriotismo e Educação, e por fim apresentará algumas conclusões e hipóteses sobre a análise das fontes documentais acerca da implantação do projeto da Guarda Civil na instituição, em 1931, e sua transformação em Associação de Escoteiros Ferreira Viana, em 1933.

O Centro de Memória Ferreira Vianna

Após a Abolição da Escravatura o Ministro da Justiça Antônio Ferreira Viana enviou à Câmara de Deputados um projeto de repressão à ociosidade. A criação da Casa de São José foi uma das estratégias do projeto e foi inaugurada em 09 de agosto de 1888, na cidade do Rio de Janeiro, então distrito federal⁴. Atualmente a instituição pertence à Rede FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica) e localiza-se na Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, oferecendo cursos de ensino médio e profissionalizante na área tecnológica.

Ao longo de sua história a Casa de São José esteve subordinada ao governo federal, ao estado e ao município, recebendo várias denominações: Casa de São José (1888 – 1916), Escola de Artes Industriais (1912 – 1916), Instituto Ferreira Viana (1916 – 1933), Escola Pré-Vocacional Ferreira Viana (1933 – 1942), Escola Artesanal Ferreira Viana (1942 – 1954), Escola Industrial Ferreira Viana (1954 – 1966), Colégio Estadual Ferreira Viana (1966 – 1976), Colégio Ferreira Viana (1976 – 1988) e Escola Técnica Estadual Ferreira Viana (1988-atual). Funcionou como internato até 1954, sendo seu objetivo abrigar e educar crianças desvalidas entre 06 e 12 anos, isto é, crianças encontradas em estado de pobreza e que viviam na mendicância. Esses meninos eram encaminhados pela autoridade policial ao asilo, onde recebiam instrução primária e aprendiam um ofício.

O Centro de Memória tem tido mais visibilidade na semana de aniversário da escola, no início do mês de agosto, quando são colocadas em exposição peças dos cursos técnicos, reportagens de jornais, cópias de documentos e fotos antigas. O único trabalho que reflete um estudo mais analítico dessa histórica instituição é a dissertação de mestrado de Vilma Alves Machado, professora de História, intitulada “A Casa de São José - instituição fundada por Ferreira Viana em 1888, no Rio de Janeiro, para abrigar e educar crianças desvalidas para o trabalho” (UERJ, 2004). Durante o seu curso de mestrado, a professora separou e catalogou parte dos documentos, porém, só representam minimamente a farta documentação⁵ existente em prateleiras e sacos plásticos, antes considerados como “arquivo morto”. Tal tendência é generalizada nas escolas públicas, cujos gestores não têm dimensão da riqueza que guardam os

documentos antigos, e não se dão conta que analisando o documento onde ele é mais “opaco”, talvez se consiga descobrir um sistema de significados diferente; “o fio pode até conduzir a uma pitoresca e maravilhosa visão de mundo, pois sempre é possível fazer perguntas novas ao material antigo” (Darnton, 1986).

Faz-se necessário organizar, inventariar, higienizar e recuperar os documentos do arquivo, trabalho este em andamento pelo grupo de pesquisa da UFRJ, ainda que amadoramente. Ao mesmo tempo em que o grupo dá uma organicidade aos documentos, analisa seu conteúdo, a fim de identificar pistas que auxiliem na reconstrução da história da instituição, pela via do discurso dos seus sujeitos sem nome e sem voz. As contribuições da Escola de *Annales* foram decisivas para a escrita de uma História Política Renovada, estendendo as fronteiras da história de forma a permitir a incorporação da infância, do sonho, do corpo (BURKE, 2010, p. 89 – 90).

Vinculações entre Nacionalismo/Patriotismo e Educação

As práticas que se consolidam no interior das instituições, vinculam-se ao universo social, político e cultural. As novas correntes historiográficas filiadas à História Cultural permitem um reexame das relações entre a educação e a cultura, indicando a necessidade de uma acurada atenção aos processos internos da escola, que guardam estreitas relações com o universo social e cultural.

Ao serem analisados documentos da década de 1930 do acervo do Centro de Memória Ferreira Viana, foram localizados registros referentes à formação da Guarda Civil da escola. Práticas escolares de natureza cívico-patrióticas, como: os batalhões infantis, o escotismo escolar e as comemorações cívicas, são formas pelas quais a escola contribuiu para a consolidação do projeto político-ideológico de construção da nacionalidade brasileira (SOUZA, 2000).

No início do século XIX, para que o Brasil estivesse pronto para receber a Modernidade, seria necessário “educar” o povo; construir o ideal de Nação, de Pátria. A formação dos Estados Nacionais compreende uma dimensão cívico-patriótica educativa que não pode ser negada. Basta atentar, segundo Catroga (2010), para a maneira como a força ideológica da ideia de Estado-Nação mobilizou as massas: a força ideológica propulsora foi a ideia de Patriotismo.

Para Catroga (2010), há diferença entre os conceitos de Nacionalismo e Patriotismo. O conceito de Pátria tem para ele uma relação lógica; remete ao sentimento de pertença a um território, a um espaço, um tempo e um grupo, que pode sobreviver à desterritorialização e apela a mitos de origem e ritos. Assim, enquanto Nação indica o lugar de nascimento, a Pátria supõe o ato de concepção.

Na formação dos Estados Nacionais, trabalha-se numa dimensão cívico-patriótica educativa; e só se trabalha nessa dimensão atingindo os sentimentos, no “quente”. Nasce-se filho de uma família, mas não se nasce brasileiro, isto é, o Patriotismo não nasce espontaneamente; precisa ser aprendido. Nessa lógica desenvolvida por Catroga (2010) e reafirmada por Gomes (2009), o Estado Nacional constrói o sentimento de Pátria, porque para ele é desejável que a Nação seja uma grande Pátria, e não somente composta por cidadãos que obedeçam às leis. É relevante fazer emergir o ideal patriótico porque pela Pátria se morre, mas não pela Nação ou muito menos pelo Estado (CATROGA, 2010).

Nesse sentido, o discurso Nacionalista é patriótico, e a construção de fidelidades é horizontal, isto é, não para cima, não para o poder: morre-se pela mãe, pelo irmão, pela Pátria. Essa fidelidade garante o bem-comum, a ideia de felicidade. É nesse sentido que adquire relevância a concepção de cultura escolar, envolvendo saberes a ensinar, condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão de saberes. A construção dessas práticas se evidencia no culto à bandeira, nos ritos e solenidades, e permearam os currículos escolares na primeira metade do século XX, através da Educação Física e do Canto Orfeônico, como forma de disciplinar os corpos.

A formação da Guarda Civil – primeiras análises das fontes documentais

A Guarda Civil no Instituto Ferreira Viana foi fundada em 22 de abril de 1931, segundo ata manuscrita, onde estão registrados os nomes dos membros eleitos, e seus respectivos números. Foram eleitos 1 chefe, 1 subchefe, 16 inspetores e 31 guardas. Segundo o regulamento, nova eleição deveria ocorrer a cada três meses. Todos possuíam 1 emblema, mas para distingui-los hierarquicamente o chefe possuía 6 divisas, o subchefe 4 divisas, os inspetores 2 divisas e os guardas 1 divisa.

Através de fontes documentais do ano de 1933 é possível descobrir que o professor responsável pela Guarda Civil era Gabriel Skinner, professor de Educação Física, que pelos ofícios de frequência estava cedido ao Instituto, visto que é referido como “o docente da antiga Escola Normal”; ele também era vice-presidente da União dos Escoteiros do Brasil.

Em documento de organização da Guarda Civil (1931), o diretor José Piragibe declara que a Guarda Civil é criada como parte do programa inspirado pelo diretor geral, de transformar o Instituto Ferreira Viana numa “Escola Cidade”, tendo a Guarda como função principal o policiamento da mesma. As “Zonas de Policiamento” seriam assim distribuídas:

- a) Recreio – 1 guarda para as privadas e a bica; 1 para o portão; e 2 para as passagens. Por ocasião das formaturas todos os guardas auxiliarão o serviço.
- b) Dormitórios superiores – 1 guarda.
- c) Recreio coberto, dormitórios da parte térrea e terrenos ao redor da cozinha – 1 guarda.
- d) Alameda, jardim, terreno dos fundos da escola – guarda.
- e) Secretaria – 1 inspetor. (Fonte: Acervo Centro de Memória Ferreira Viana)

O chefe, o subchefe e os inspetores gozavam de maior privilégio que os guardas quanto às saídas, que podiam ser quinzenais ou mensais; para os guardas, eram de dois em dois meses. Os privilégios decorrentes da hierarquia ficam mais evidentes no parágrafo 7º do mesmo documento: “O chefe, o subchefe e os inspetores não devem ser escalados para fazer, e sim, para dirigir serviços”.

Quanto à conduta dos membros da Guarda Civil, havia a preocupação de que não se envolvessem em embates frontais, possivelmente para não perderem a razão e a autoridade. Segundo recomendação, deveriam “falar o menos possível; falar o mais baixo que fosse possível; e nunca discutir com o transgressor, nem tocá-lo”. As “más condutas” dos alunos eram registradas diariamente pelo chefe: comportar-se mal no refeitório, desobedecer aos superiores, entrar em salas de aula sem ser chamado, retirar objetos de oficinas etc. As punições eram: desmanchar e fazer o dormitório durante 5 dias, ficar isolado uma semana, ficar sem recreio durante uma semana, escrever de 200 a 500 vezes a falta que cometeram, por 5 dias. É importante ressaltar que era o chefe da Guarda Civil quem definia qual seria a punição a ser recebida pelos “transgressores”, sendo ele um menino como os demais.

Levanta-se a hipótese de que a atribuição de “punir os transgressores” causava certo desconforto no relacionamento entre a Guarda Civil e as inspetoras da instituição, visto que antes do início do programa cabia a estas tal responsabilidade. A hipótese se confirma ao localizarmos documento assinado pelo diretor José Piragibe, solicitando às funcionárias que considerem as vantagens desse “processo disciplinar” que já era adotado com bons resultados em muitos países “cultos”.

Tenho a certeza de que não escapará ao espírito esclarecido das senhoras Inspetoras e demais funcionários deste Instituto a vantagem deste processo disciplinar, já adotado com os melhores resultados por muitos países cultos. Vamos fazer uma experiência. Esperamos o concurso de todos. (O diretor José Piragibe - abril/1931. Acervo do Centro de Memória Ferreira Viana)

O programa da Guarda Civil teve caráter obrigatório no currículo até abril de 1933, quando pelo Código da Educação de 1933 (Decreto 5.884, de 21/4/1933), o Escotismo passou a ser compreendido como uma das instituições extra-escolares. Para a sua organização, foi criada a Associação Escolar de Escoteiros, considerada auxiliar de Educação Física, Moral e Cívica, constituída de alunos das escolas públicas que, com mais de 11 anos, o quisessem e tivessem, para isso, o consentimento escrito dos pais, tutores ou responsáveis. A Associação Escolar de Escoteiros deveria filiar-se à Associação Brasileira de Escoteiros (SOUZA, 2000).

Foi localizado no acervo ofício datado de 22 de maio de 1933 enviado para a Federação dos Escoteiros do Brasil, da qual o instrutor de Educação Física Gabriel Skinner era vice-presidente, solicitando a filiação do Instituto Ferreira Viana. Em 26 de maio de 1933 foi dada autorização pela Diretoria Geral de Instrução Pública. Assim, a Associação de Escoteiros Ferreira Viana, formava com seus 300 alunos “5 tropas de Escoteiros e 6 alcatéias de Lobinhos” e passou a participar, em pleno Estado Novo, de diversos eventos cívicos.

Segundo Souza, que pesquisou o Escotismo Escolar no estado de São Paulo nas décadas de 1910 – 1920, ao participar das comemorações cívicas, os grupos de escoteiros recriavam o fascínio popular despertado pelos batalhões infantis no início do século XX. Através dos órgãos da administração do ensino público e a Associação Brasileira de Escotismo a militarização da infância ressurgia de forma mais sistematizada e racionalizada. As práticas cívico-militares em efervescências nas escolas

atendiam, assim, a diversos propósitos, como a perpetuação da memória histórica nacional, a exibição das virtudes morais e cívicas inscritas na obra formativa escolar, a ação educadora da escola para o conjunto da sociedade ou a expressão do imaginário sociopolítico da República (2000, p. 116).

Considerações finais

Neste primeiro levantamento das fontes documentais, é possível refletir sobre a função reprodutora da escola, com relação à hierarquia social, a disciplina, a punição e concessão privilégios a partir da posição social. Evidenciam-se também os papéis sociais, em que o trabalho braçal, de execução, é realizado pelos subalternos, pelos que não possuem poder, como ocorre com a classe operária.

Parafraseando Rêmond (2003), é chegado o momento de passar da história da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades; é hora de dirigir o olhar para as massas, para os “deserdados”, para os “esquecidos da história”. Essa renovação também nos remete à obra de Thompson (1998), ao dar voz aos sujeitos “sem nome” da história; ao reconstruir a história segundo a visão “dos de baixo”. Thompson contribui neste estudo para a discussão do processo de escolarização, que acontece em um contexto cultural complexo, marcado por diferentes tradições. Assim, é possível pensar as culturas escolares como processo e resultado das experiências dos sujeitos, dos sentidos construídos e compartilhados e/ou disputados pelos atores que fazem a escola.

O curso das investigações deste estudo irá se concentrar em desvendar: o que representou o Programa “Escola Cidade”; se o diretor geral referido nos ofícios seria o diretor geral de instrução pública; como se deu a relação entre os funcionários, alunos e a Guarda Civil no período de 1931-1933, antes de tornar-se Associação de Escoteiros, sem caráter obrigatório; que outras atribuições a Guarda Civil possuía, além de “vigiar e punir” os alunos. Outra pista importante a seguir nas próximas investigações é a

biografia do professor Gabriel Skinner e seu relacionamento com os alunos, bem como o currículo vivenciado pela Associação de Escoteiros Ferreira Viana.

Enfim, são novas hipóteses, novas escritas da história, que transformam a pesquisa “de um sentido desvendado pela realidade observada, em análise das opções ou das organizações de sentido implicadas por operações interpretativas” (CERTEAU, 1982, p. 41).

A seguir, a foto da Guarda Civil do Instituto Ferreira Viana:



Figura 1 – Guarda Civil do Instituto Ferreira Viana (1931)
Fonte: Acervo do Centro de Memória Ferreira Viana.

NOTAS:

¹ Getúlio Vargas governou o país em dois períodos: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Sua longa permanência no poder tornou-o uma das personalidades mais marcantes da vida política nacional no século XX, e permitiu que se falasse em uma "Era Vargas". Desde que assumiu o governo provisório da República com a vitória da Revolução de 1930, Getúlio passou a representar um divisor de águas entre as forças políticas do país.

² Professor Adjunto de História da Educação da UFRJ.

³ Sobre essa instituição verificar a dissertação de mestrado de Marques (1996), cujo objeto de estudo foi o acervo do Instituto Profissional João Alfredo, instituição para a qual eram transferidos prioritariamente os menores da Casa São José, ao atingirem a idade aproximada de 13 anos. Nessa instituição os alunos ficavam em regime de internato por seis anos, e recebiam formação profissional gratuita além de alimentação, vestuário, cuidados médicos e odontológicos.

⁴ O Rio de Janeiro foi capital do Brasil Colônia a partir de 1763, capital do Império Português na época das invasões de Napoleão, capital do Império do Brasil, e capital da República até a inauguração de Brasília, na década de 1960.

⁵ Os documentos existentes no acervo documental, segundo levantamento realizado por Marques (2011), são: relação de material requisitado ao almoxarifado da Diretoria Geral de Instrução Pública, atestado de frequência, cópias de ofícios enviados e recebidos de diversas instituições, estatística escolar, folha de pagamento, inventário, ofícios recebidos e enviados a Diretoria de Instrução Pública e Diretoria de Higiene e Assistência Pública, prestação de contas, relatórios das substitutas, relação de requerimentos recebidos, relação das turmas, relatórios dos serviços clínicos e dentários, atestados de pobreza, atestados de óbitos, certidões de idade, justificativa de idade, regulamentos do ensino profissional, papéis diversos, livros de ponto e registro. Quanto à cultura material, materiais escolares (livros, enciclopédias, canetas de desenho importadas da França), caleidoscópio e tantos outros instrumentos utilizados pelos professores ao longo do percurso histórico da instituição, também compõe o acervo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. 2ª. Edição. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CATROGA, Fernando. Pátria, nação e nacionalismo. In: SOBRAL, José Manoel e VALA, Jorge (org.). *Identidades nacionais: inclusão e exclusão*, Lisboa, ICS, 2010.

CERTEAU, Michel. Fazer história: problemas de método e problemas de sentido. In: CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982 – Cap. I: pp. 31-64.

DARTON, Robert. *O grande massacre dos gatos, e outros episódios da História Cultural francesa*. Ed. Graal. 5ª. Edição, 1986.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

MACHADO, Vilma Alves. *A Casa de São José - instituição fundada por Ferreira Viana em 1888, no Rio de Janeiro, para abrigar e educar crianças desvalidas para o trabalho*. Dissertação de Mestrado em Educação, UERJ, 2004.

MARQUES, Jucinato de Siqueira. *Instituto João Alfredo*. Dissertação de Mestrado, UFRJ. 1996.

RÈMOND, René. Uma história presente. In: RÈMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. *A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira*. Cadernos Cedes, ano XX, no 52, novembro/2000.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

